

Ex.mo Senhor

Dr. Abel Baptista

Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura

Assembleia da República

1249 — 068 Lisboa

N/ REF: 075/14

DATA: 10-12-2014

ASSUNTO: **Pedido de Audiência**

Como é do conhecimento de V. Exa. as escolas profissionais estão a comemorar o 25º aniversário de uma experiência inovadora, avaliada positivamente pelos parceiros económicos e sociais sendo de referir que, nesta altura frequentam cursos profissionais cerca de 30.000 alunos nas escolas profissionais privadas e cerca de 60.000 nas escolas secundárias públicas, seguindo o mesmo modelo pedagógico.

Lamentavelmente, as Escolas Profissionais sedeadas nas regiões de convergência co-financiadas pelo Estado Português e pelo FSE, estão confrontadas, pelo segundo ano consecutivo, com graves atrasos no financiamento resultantes de uma clamorosa falta de articulação entre departamentos governamentais que não souberam ou não quiseram, atempadamente, adotar as medidas conducentes à resolução do problema do financiamento das Escolas Profissionais.

Incompreensivelmente as Escolas Profissionais ainda não receberam qualquer verba neste ano letivo e já estamos no final do primeiro período letivo. A situação é ainda mais grave se nos próximos dias não forem feitos os necessários despachos para desbloquear os pagamentos.

Em face desta gravosa situação solicitamos a V. Exa. seja agendada uma reunião com a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura para abordar o problema do financiamento das Escolas Profissionais tendo em conta os seguintes aspetos relevantes:

1. As Escolas Profissionais apresentaram as Candidaturas Pedagógicas à DGESTE e financeiras ao POPH dentro dos prazos estabelecidos;

2. As Escolas Profissionais deram início das atividades letivas e assumiram os encargos inerentes com a organização da formação respeitando o calendário escolar definido pelo MEC;
3. As Escolas Profissionais aguardam a emissão das Audiências Prévias e dos Termos de Aceitação pelo POPH para poderem receber as verbas a que têm direito;
4. As Escolas Profissionais por força da falta de emissão dos documentos referidos na alínea anterior não têm encontrado receptividade da Banca para obter os financiamentos adequados;
5. As Escolas Profissionais não dispõem de meios financeiros para cumprir os compromissos com o pessoal docente e não docente, com alunos e com fornecedores;
6. As Escolas Profissionais tiveram a garantia de que, este ano, não aconteceriam atrasos desta natureza mas acontece que, a história do ano passado, repete-se;
7. As Escolas Profissionais precisam que, urgentemente, o Ministério da Educação, em articulação com outros Ministérios, resolva os problemas do financiamento das EP, designadamente:
 - a. A afetação de verbas da contrapartida nacional que sempre foram asseguradas pelo Orçamento da Segurança Social;
 - b. O reforço do financiamento do OE para contemplar a totalidade dos cursos profissionais candidatados pelas Escolas Profissionais e pelas Escolas Secundárias Públicas que se sabe existirem verbas inscritas no Orçamento Retificativo para esse efeito.

Certos da melhor atenção, solicitamos a marcação da reunião com a máxima urgência.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO



(Dr. José Luís Diogo de Azevedo Presa)